



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Ata da Décima Sétima Sessão Ordinária do terceiro ano da Décima Sexta Legislatura da Câmara Municipal de Jaguariúna, realizada aos treze de agosto de dois mil e dezenove, às dezoito horas e trinta minutos, na Sala das Sessões “Vereador Reynaldo Chiavegato”, da Câmara Municipal, localizada no Edifício Municipal Dr. Sebastião Paes de Almeida, desta cidade. Presidente Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Vice-Presidente Sra. Cássia Murer Montagner. Secretários Srs. Afonso Lopes da Silva e Cristiano José Cecon. Primeiramente, foi feita a Leitura de Texto Bíblico, conforme Resolução n.º 80, de 21 de fevereiro de 1997, sendo que o Sr. Presidente convidou a Vereadora Cássia Murer Montagner para proferir o seguinte texto: Livro da Sabedoria – Capítulo 1, versículos de 1 a 5: “Amai a justiça, vós que governais a terra, pensai sobre o Senhor retamente e buscai-o com um coração simples; porque ele se deixa encontrar pelos que não o tentam e se mostra aos que não recusam crer nele. Com efeito, os raciocínios tortuosos afastam de Deus, e a onipotência, posta à prova, confunde os insensatos. A sabedoria não entra numa alma que pratica o mal nem habita num corpo escravo do pecado. Pois o santo espírito, que ensina, foge do fingimento, mantém-se longe dos discursos insensatos e se retira quando sobrevém a injustiça.” A seguir, o Sr. Presidente determinou a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Romilson Nascimento Silva e Walter Luís Tozzi de Camargo. Ainda estavam ausentes na Sessão os Vereadores Rodrigo da Silva Blanco e Taís Camellini Esteves. Constatando número regimental, o Sr. Presidente, proferindo as seguintes palavras: "Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos", declarou aberta a Sessão, dando início ao Expediente: Primeiramente, foi colocada em votação a Ata da Sessão Ordinária anterior, a qual, foi aprovada por unanimidade de votos pelo Plenário e assinada pela Mesa. A seguir, o Sr. Presidente deu início à Matéria Constante do Expediente: pela ordem, o Sr. Ângelo Roberto Torres pediu a palavra apresentando requerimento verbal, baseado no Art. 213, III do Regimento Interno solicitando que fosse dispensada a leitura dos Projetos, dos Requerimentos, das Indicações e da Moção dos Senhores Vereadores, e da correspondência de diversos, lendo-se apenas as ementas, como constavam na pauta; em discussão e votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. Dos Senhores Vereadores foram lidas as ementas das seguintes proposituras: Projetos: 1. De Lei do Sr. Afonso Lopes da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Silva que torna obrigatória a divulgação, das vagas de emprego abertas no Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT) do Município, às empresas situadas em Jaguariúna; 2. De Lei dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo e Cristiano José Cecon que apresenta denominação de vias públicas e dá outras providências, depois de lidos, foram os projetos encaminhados para as Comissões, para parecer; Requerimentos: 1. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao CONSAB – Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental, para que possa cobrar melhorias na qualidade da alimentação fornecida aos seus funcionários que trabalham neste Município (com cópia para o Executivo Municipal); 2. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de até 09/08/2019, não ter sido respondida a Indicação nº 127/2019, de sua autoria, solicitando ao Executivo Municipal para que seja permitida colocação de mão única na Rua Dr. João Roberto Pires Bueno, no trecho do Supermercado Espaço Sabores, até a travessa Santo Marmirolli, Br. Cruzeiro do Sul; o Sr. Presidente registrou a presença da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana; 3. Do Sr. David Hilário Neto solicitando à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico a inclusão do Município de Jaguariúna como uma das opções a serem apresentadas para a empresa Huawei. Indicações: 1. Do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao Executivo Municipal elaborar projeto de armazenamento de água corrente da “Bica do Fontanella”, para abastecer caminhões pipas, para uso em irrigações e outras finalidades específicas que não seja para consumo humano; 2. Do Sr. Ângelo Roberto Torres – Neguita Torres, solicitando ao Executivo Municipal pintura de faixa de pedestre na rua Maranhão, em frente ao nº 1555; 3. Da Sra. Cássia Murer Montagner solicitando ao Executivo Municipal instalação de painéis informativos na Praça Umbelina Bueno e no Terminal Rodoviário em que se faça constar os horários de saída dos ônibus com parada nessas localidades, bem como as respectivas Linhas Urbanas e Interurbanas, que servem aos usuários de transporte coletivo; 4. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal manutenção na iluminação, conserto ou troca de brinquedos, controle de insetos (marimbondos) e melhoria da segurança do Parque José Pires Junior, no Bairro Florianópolis; 5. Da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal construção de uma lombada na Avenida Cruzeiro do Sul, na altura do número 485, no bairro Cruzeiro do Sul. Moção dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana e Rodrigo da Silva



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Blanco, de congratulações e Louvor ao Deputado Federal Baleia Rossi, pela apresentação da propositura PEC nº 45, que trata da Reforma Tributária. A seguir, foi lida a emenda do Convite do Vereador Afonso Lopes da Silva – Representante da Comissão de Saúde do Parlamento Metropolitano convidando para reunião da Comissão de Saúde da Associação do Parlamento da Região Metropolitana de Campinas, no dia 30 de agosto do corrente, às 13h30, nesta Casa de Leis. A seguir, o Sr. Presidente colocou em votação as seguintes Proposituras, comunicando que se houvesse desejo de discussão, deveriam proceder de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91: 1. Requerimento do Sr. Cristiano José Cecon solicitando ao CONSAB – Consórcio Intermunicipal na Área de Saneamento Ambiental, para que possa cobrar melhorias na qualidade da alimentação fornecida aos seus funcionários que trabalham neste Município (com cópia para o Executivo Municipal), em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Requerimento da Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana – Inalda Cabeleireira, solicitando ao Executivo Municipal informações do motivo de até 09/08/2019, não ter sido respondida a Indicação nº 127/2019, de sua autoria, solicitando ao Executivo Municipal para que seja permitida colocação de mão única na Rua Dr. João Roberto Pires Bueno, no trecho do Supermercado Espaço Sabores, até a travessa Santo Marmirolli, Br. Cruzeiro do Sul, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; pela ordem, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto pediu a palavra apresentando requerimento verbal de acordo com o Art.154, alínea única, do R.I., alterado pelas Resoluções nºs 63 e 91, para que a Moção dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana e Rodrigo da Silva Blanco, de congratulações e Louvor ao Deputado Federal Baleia Rossi, pela apresentação da propositura PEC nº 45, que trata da Reforma Tributária, fosse encaminhada para a Ordem do Dia para discussão; em votação o requerimento, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos e a Moção dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana e Rodrigo da Silva Blanco, de congratulações e Louvor ao Deputado Federal Baleia Rossi, pela apresentação da propositura PEC nº 45, que trata da Reforma Tributária, encaminhada para a Ordem do Dia daquela sessão; 3. Requerimento do Sr. David Hilário Neto solicitando à Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico a inclusão do Município de Jaguariúna como uma das opções a serem apresentadas para a empresa Huawei, em votação, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente deixou livre a palavra aos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

senhores Vereadores, que quisessem fazer uso, por oito minutos e cinco segundos, seguindo ordem de inscrição em livro, sem apartes conforme § 3º do Art. 154 do R.I., versando sobre Temas Livres: pela ordem, tomaria a palavra o Sr. Cristiano José Cecon que a passou; tomou a palavra o Sr. David Hilário Neto que cumprimentou a todos, dizendo que, naquele dia, iria começar falando um pouquinho sobre os automóveis, toda parte de transporte do Município; disse que recebia, no seu gabinete, diariamente, pessoas reclamando de situações totalmente tristes com a realidade do Município, como Jaguariúna, um orçamento como eles tinham; comentou que, no hoje, eles tinham muitos pacientes que eram atendidos fora de Jaguariúna, em Amparo, em Atibaia, Jundiá, onde eram conseguidas vagas, via CROSS, e, infelizmente, o sucateamento dos veículos na frota municipal estava uma vergonha; disse que, no hoje, eles viam motoristas reclamando, tendo riscos na vida deles ao subir em qualquer veículo daqueles; disse que falava que se qualquer policial parasse o automóvel da Prefeitura Municipal de Jaguariúna, ele iria ser guinchado, porque ou era pneu que não tinha condição de andar, ou era o próprio cinto de segurança que não existia, automóveis sem bancos, e que era uma grande vergonha isso para uma cidade tão rica como a deles; disse que, naquela semana, ele teve um outro problema, que foi na Vigilância, e que a Vigilância não conseguiu fazer uma vistoria de sessenta dias porque não tinha mais veículo para fazer tal trabalho; se se pegava a Secretaria de Obras, sucateada, parecia pilha de ferro velho e que era assim que estava funcionando por ali, e, infelizmente estava colocando a população em situações gravíssimas, sem contar o servidor público que subiam, diariamente, nesses veículos, se não, não conseguiam trabalhar, e que isso tinha que ter um pouco mais de respeito para aquele servidor, um pouco mais de respeito com a população, que utilizava o carro público por necessidade, e se não precisasse não iria utilizar, tinha certeza disso; disse que se lembrava bem que, em dois mil e doze, uma das marcas daquela gestão que estava ali, atual, foi a quantidade de carros sucateados, e o que ele falava, ele falava para o Prefeito, falava para os Secretários, onde iria parar tudo isso, perguntou, e se que no ano que viria iria ser igualzinho? Iria estar aquela pilha de automóveis caindo aos pedaços e que precisava, também, deixar claro que era dinheiro da população, nenhum automóvel estava caindo do céu, era dinheiro público empregado ali, e que era necessário, urgentemente, manutenção, fiscalização e respeito, e que isso, infelizmente, eles não estavam vendo, e que já estava ali avisando um ano antes, para no ano que viria não chegar, e eles verem aquele pátio cada vez mais com mais sucatas; disse que a



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

população não merecia passar por isso, não merecia aquele desrespeito; disse que ficava ali a sua enganação e que tivessem um pouco mais de respeito ao servidor público e à população que se utilizava daqueles veículos; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana, porém, antes da mesma iniciar a sua fala, o Sr. Presidente pediu licença e registrou a presença do Vereador Rodrigo da Silva Blanco; a Sra. Inalda Lúcio de Barros Santana disse que iria falar do requerimento que ela fez e que lá na rua, no Cruzeiro, no Spasso Sabores, disse a todos que ali, se viesse um carro de lá e outro de cá, tinha que um dar ré, e que fazia tempo que ela estava pedindo isso dali e que, naquele dia, ela foi cobrada na rua, foi parada lá, e que ela já tinha feito o requerimento, ele estava ali, e que ela precisava que se colocasse a mão única, porque mão dupla ali não tinha como, não tinha espaço, e contou que naqueles dias tinha vindo ali um caminhão e quase aconteceu um acidente, porque o caminhão desceu e o carro já estava no meio, e que o caminhão não ia dar ré, e o senhor do carro achou que estava certo, e também não ia dar ré, e que isso ficava ruim para eles, principalmente, para ela que pegou aquele caso, e que tinha feito o requerimento ali, e estava pedindo ali na Câmara Municipal, ali, ao vivo, que, por favor, lhe atendessem, a Secretaria que desse um jeito e fizesse esse pedido dela ali; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. José Muniz que cumprimentou a todos, dizendo de iniciar sua fala com o requerimento que ele tinha colocado na semana anterior, disse ao Valdir, presente na assembleia, da rua Eduardo Tozzi, o ponto de ônibus que tinha ali em frente aos comércios, estava atrapalhando ali, e que eles estavam pedindo, e não sabia se tinha a possibilidade, de estar mudando o ponto de ônibus lá, e que estava tomando a vaga de um estacionamento, e que as pessoas não conseguiam parar ali nos comércios, quase em frente ao Bé, e pediu para o Lucas dar uma passada lá, no dia seguinte, junto com o Josino, e verem se tinha a possibilidade de estar trocando o ponto de ônibus ali, que estava atrapalhando, e que no comércio, não se tinha onde parar ali, e que eles estavam reclamando e que ele entrou com o requerimento na semana anterior ali, e que acabou não falando nada; disse, ainda, ao Valdir, que ele tinha cobrando a Secretaria de Mobilidade Urbana, também, a respeito da mão única na Escola do Irineu, na Escola do Florianópolis, que estava um caos, voltaram as aulas e continuava da mesma forma, só que não era só o Secretário de Mobilidade Urbana, e que ele não conseguia trabalhar se o Jurídico, e a Licitação não andassem, e que já iam aí, há quase dois anos, que era para fazer a mudança das placas, não tinha placa, não tinha sinalização, não tinha tinta



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para pintar os pares, e que não era só cobrar a Mobilidade Urbana, só um Secretário não iria adiantar em nada, e que achava que estava na hora do Jurídico começar a por a mão na massa e fazer a parte deles, e que já fazia dois anos que a licitação não saía, não saía a licitação, e que, naquele dia, tinha encontrado o mesmo novamente, cobrando, e que não adiantava nada o cara ficar lá em cima, e os caras não querem ajudar o Secretário a desempenhar o trabalho deles, e que era fazer o cara de trouxa, e que ficava lá igual ping-pong, ia lá batia e voltada, ia lá batia e voltava, sem retorno e sem uma decisão final, e que fazia mais de dois anos que eles tinham feito uma reunião com o pessoal do Primavera, que estava saindo a licitação para sinalizar os bairros lá, que não tinha nome nas ruas, e estava da mesma forma e da mesma maneira, e sempre eles iam conversar o mesmo assunto, era licitação, não saía, não saía, e que aquela vez ele tinha cobrado o Secretário, e não era só ele, e que achava que faltava o empenho ali também do Jurídico da Prefeitura, faltava, também, o empenho do sistema de licitação, e que não adiantava só eles cobrarem o Secretário, também; disse que era isso que ele queria deixar registrado ali, e que estava na hora, e que naquele dia pegou o Roberto Torrecilhas, duas horas da tarde comentando bem no assunto sinalização, e que era lógico que só sinalização não iria resolver os problemas que vinham acontecendo ali, os acidentes que estavam ocorrendo, mas já iria dar outra visibilidade, já iria mudar, e que isso era o mínimo, era o básico que eles estavam precisando; disse de outra coisa que aconteceu, naquela data, chata, a calçada, que aquela árvore estava um caroço enorme, e uma mulher, naquele dia, de trinta e cinco, quarenta anos, troçou e acabou caindo ali, e que o local passava um rapaz cadeirante que trabalhava na Saúde, e passava todos os dias e era uma dificuldade tremenda de passar ali, e que era também para o Secretário dar uma volta na calçada, ver o serviço que era para ser feito, para estar dando uma melhorada, e que era uma coisa pequena, que dava para se resolver e que achava que era visível, ao lado da Câmara, ao lado da Prefeitura, e nenhuma providência foi tomada, ninguém... e que era uma coisa tão simples, que eles iriam estar facilitando a vida dessas pessoas que sofriam, e que naquele dia a mulher levou um tombo que quase quebrou a perna por causa do caroço, pela árvore ter estourado a calçada; disse ficar ali seu pedido para que pudessem estar tomando providências ali, e era uma coisa do lado deles, onde todo mundo vendo e que dava para ser resolvido, e pediu ao Valdir, por favor, para ver a Escola do Irineu, e que tinha condições e que iria sair uma briga lá, alguma hora dessas daí, por causa da mão única, que não tinha como andar, e que não



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

se conseguia transitar no local, e que se quisessem ir lá, poderiam ir, às sete horas da manhã, horário de pico e não se conseguia fazer nada lá; desejou boa noite todos, dizendo que era só isso; a seguir, tomariam a palavra os Srs. Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco e Romilson Nascimento Silva, que a passaram; tomou a palavra a Sra. Tais Camellini Esteves que cumprimentou a todos, dizendo que só queria agradecer à Secretária de Saúde, Maria do Carmo que, naquela semana, teve muitas pessoas que vieram até ela precisando urgente falar com ela a respeito da saúde, as pessoas vieram, pediram para agradecê-la, que foram muito bem atendidas, e que eles sabiam que saúde era em primeiro lugar, e as pessoas precisavam e agradeceu o atendimento que ela fez com esse pessoal, pois foram muitas pessoas, e que ficava ali a sua gratidão por ela, a Maria do Carmo, e disse, também, que, naquela semana ela tinha ido na casa de uma pessoa, uma menina, que tinha vinte e três anos e ela estava com uma doença que se chamava Esclerose Sistêmica, e que era uma doença, onde o nervo ia rejuntando, e a mão ia atrofiando, e ela estava esperando aquela consulta desde outubro e que não tinha reumatologista no Hospital, e que ela gostaria que a Secretária, se pudesse, visse esse caso com carinho e atendesse essa pessoa, e não tinha reumatologista, e não só ela como outras pessoas que precisavam de reumatologista com urgência; agradeceu, desejando boa noite a todos; a seguir, tomou a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que cumprimentou a todos, dizendo que foi apresentado, na pauta, um convite para os Vereadores comparecerem na reunião na Casa, que iria acontecer no dia trinta de agosto da Comissão de Saúde do Parlamento Metropolitano, e disse que em toda a sessão vinha insistindo com isso, porque eles estavam com um trabalho, aliás foi até proposta da cidade de Jaguariúna, para que se tivesse a regulação regional, que tivesse o CROSS Regional, e que de novo ele iria insistir nisso, porque muitas doenças, muitos procedimentos precisavam de exames e que não era obrigação do Município, era obrigação do Estado, e aí eles tinham o CROSS que regulava para onde iria mandar essas pessoas, para onde ia, enfim, como iria ser feito esse tratamento, e acontecia que toda essa regulação, para eles terem uma ideia, era a partir de São Paulo, e que ele sempre dava ali aquele exemplo, confirmou com o Magrão, era de São Paulo, era como se se precisasse da Polícia, cento e noventa, e atendesse lá em São Paulo; disse que eles precisavam mudar essa realidade, porque isso foi, também, promessa de campanha dos candidatos a governador, e que eles tinham que ter um CROSS regional, para que, como ele já disse, para que as cidades ficassem mais próximas da regulação e eles conseguissem dar um



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

atendimento digno para as pessoas que precisavam de um tratamento mais complicado, e que, na verdade, isso era obrigação do Estado; disse que aquela reunião iria ser no dia trinta de agosto, às treze e trinta ali na Câmara e que ele achava que era importante, a partir das treze e trinta, os Vereadores estarem presentes, porque eles iriam mostrar força para que aquela proposta conseguisse sair do papel, e conseguisse sair das promessas de quem foi candidato a governador; disse que todo mundo sabia como era essa realidade, e que iria ser dia trinta, às treze e trinta, na Câmara Municipal, e que esperava contar com o apoio dos nobres Vereadores e que já tinha conversado, também, com a Secretaria de Saúde porque naquela discussão tinham a discussões técnicas, e quem estava, de certa forma, os ajudando naquela discussão, era a Andressa, que era a funcionária que cuidava da regulação na Secretaria de Saúde e eles iriam precisar muito aí da assessoria e também do acompanhamento da Secretaria de Saúde e que ele iria pedir ali, reforçar, o apoio deles, Vereadores, e, principalmente, o comparecimento naquela reunião e que esperava que eles colocassem na agenda, dia trinta, às treze e trinta ali na Câmara; a seguir falou de outra discussão que ele achava importante, e que achava que, quando as coisas funcionavam, eles tinham que ir ali e também estar fazendo o devido elogio, e que não sabia se todos tinham visto, através da Rede Social, através, também, da Imprensa, que a ASAMAS iria passar por um processo seletivo para contratação de vários técnicos, principalmente, pelo que ele viu, a questão Técnico de Enfermagem, Farmacêutico e Enfermeiro, e que o processo seletivo que a ASAMAS iria fazer, e ele queria destacar ali e também elogiar a transparência com relação a isso, e que achava que era importante até porque, por ser uma entidade que prestava um serviço público, que prestava um serviço para a Prefeitura, dava transparência para suas contratações, e que queria estender os elogios para a ASAMAS, estender os elogios para a Presidente Renata Malachias que estava tocando aquele processo tão transparente como eles viram lá no Edital e que o processo começava no dia vinte e um de agosto, as inscrições para o processo seletivo, e a prova iria ser no dia primeiro de setembro, então, era um processo transparente, diante dessa discussão; comentou, ainda, que ele apresentou e, naquele dia, tinha ido para leitura, um projeto de lei que, de certa forma eles estariam discutindo isso, mas eles precisavam começar a fazer uma discussão séria com as empresas de Jaguariúna, porque as empresas que trabalhavam com agências de empregos, e essas agências de empregos não estavam localizadas na cidade de Jaguariúna, todo processo seletivo era a partir das cidades onde estavam localizadas essas



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

agências de emprego e, basicamente, a maioria dessas agências de empregos era em Campinas, ou seja, quando se disponibiliza vagas, eles não passavam para o PAT que estava dentro do Município, eles passavam direto para a agência e a agência fazia todo o processo ou fazia a convocação dessas vagas a partir de Campinas, e que eles precisavam fazer uma discussão, eles precisavam aprovar aquela lei que iria obrigar à empresa a passar as vagas para o PAT, que era onde a população de Jaguariúna iria procurar o seu emprego, iria procurar viver com dignidade, a partir do emprego ali e das vagas que eram disponibilizadas ali no Posto de Atendimento do Trabalhador; disse que iriam fazer aquela discussão, e que eles sabiam que as empresas que vinham para a Cidade, inclusive iria ser ponto de pauta dali a pouco aquela discussão, o incentivo que eles davam para as empresas ficarem no Município, e tinham que oferecer vaga para os munícipes, eles tinham que oferecer vaga para as pessoas que moravam em Jaguariúna; disse que se alongou naquele dia porque tinha vários assuntos e dispensou um abraço a todos, e disse de continuarem com a sessão; agradeceu; a seguir, tomou a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos, iniciando sua fala, primeiramente, enaltecendo o trabalho deles, Vereadores, e que ele como tinha um longo trajeto na Câmara Municipal, um longo caminho, ele percebia que ficava muito mais fácil a Administração poder solucionar seus problemas se ouvisse a Câmara de Vereadores, porque a maioria dos problemas que eles apresentavam ali, eram problemas do cotidiano de todo mundo que, de uma certa forma, infligia uma boa parte da população e, às vezes, por uma questão que a turma podia achar de pouca relevância, às vezes não davam a importância que era devido e do trabalho que o Vereador trazia até a Casa, e deu exemplo ali do que o nobre Vereador José Muniz falou, que era a questão do trânsito que era uma questão de mobilidade urbana, e que influenciava em muito no dia a dia da população; disse que essas coisas tinham que ser levadas em consideração, a Administração tinha que ter os ouvidos e os olhos voltados à Câmara Municipal, porque se ela resolvesse metade dos problemas que eles apresentavam ali, sabia que a situação do Município no hoje seria outra e, conseqüentemente, bem melhor, porque eles ouviam muito e pediam que, pelo menos, eles conseguissem manter aquilo que eles construíram ao longo daqueles anos, e o que eles vinham vendo aí, através da fala do próprio David, eles estavam vendo um sucateamento de toda a cidade, fosse ela em todas as áreas, desde o asfalto, e que ele levantava ali um parênteses para enaltecer o trabalho da Vereadora Tais, e que ela reclamou, na semana anterior, confirmou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

com a Tais, eloquentemente com relação ao buraco da estrada que ia até o Ana Helena, que ia até Santo Antonio de Posse, e logo no início da semana já tamparam os buracos, e que não era porque ela passava por lá, não, e que não era ela que passava lá, não, todo mundo passava lá e eles sabiam dos problemas e ele citou, realmente, dois problemas que seriam buracos que, se se desviasse, sem ter o conhecimento de quem estava vindo de frente, podia até ter uma colisão e até um acidente grave no local; disse que eram questões e que, às vezes, a própria Vereadora era questionada pela forma que cobrava da Administração, que achava que eles tinham que enaltecer as pessoas que, da melhor maneira possível, tentavam passar isso adiante para que as pessoas resolvessem, porque, às vezes, eles sabiam das limitações deles e sabiam que eles só podiam fazer as coisas caminhar, graças ao trabalho de todas as Secretarias empenhadas em resolver aquilo que era premente no Município; disse que percebia que eles estavam sendo pouco ouvidos e como eles bem diziam ali, com todo o respeito a todos os Secretários, e que eles sempre eram bem atendidos, eram pessoas que sempre os atendiam muito bem, a própria Secretária de Saúde, naquele dia, lhe atendeu, também, pessoa de extrema competência naquilo que fazia e fazia com zelo, também, mas eles percebiam que, às vezes, as Secretarias não se resolviam, e acabavam trazendo um problema sério para a população; disse que a questão de manutenção, como o David mesmo disse de veículo aí, não só dos veículos, mas dos prédios públicos, dos Parques e que estava, realmente, a desejar, faltando a desejar, e que precisavam, realmente, cobrar, ainda mais, pedir à Administração Pública que revisse mais a sua prioridades, e que eles ficaram sabendo que muitas coisas estavam sendo cortadas ou paradas em detrimento de falta de recursos, mas o nobre Vereador Luiz Carlos de Campos, ao longo daquela semana, fez um outro levantamento e o orçamento do Município, não diminuiu, a Receita, pelo contrário, dos últimos períodos do ano anterior, para aquele, eles aumentaram algo em torno de dez milhões, só falando em repasses do Governo Federal e Estadual, para o Município e que não era pouco o recurso que cabia, realmente, deles terem, analisar, realmente, as prioridades, e que eles pediam que isso fosse feito por parte da Administração e que voltava a dizer que eram pequenos detalhes que faziam a diferença, a questão de sinalização, placas de ruas, era de suma importância, não era para terem dúvidas, uma calçada em nível, e que tiveram aqueles problemas, logo no início do mandato, foram quebradas todos os rebaixamentos de guias para acessibilidade de pessoas portadoras de necessidades especiais, e não tinha sido feito nada, ainda, e que



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

agora ficaram sabendo que teve uma licitação, que agora iria ser concretado, mas por, enquanto, ainda faltava essa conclusão dessa obra; comentou sobre um fato que o nobre Vereador levantou sobre a questão do ponto de ônibus de frente ao Bé, que eram vários comércios e que se se pensasse que a cinquenta metros para cima tinha uma praça, conseqüentemente não tinha comércio, puxasse o ponto de ônibus para cima, e que era coisa que se resolvia numa canetada ou, simplesmente, num dia, e que eram problemas assim que eles percebiam que as pessoas estavam, às vezes, ali e não conseguiam resolver, por falta de conhecimento mesmo, ou não queriam resolver, porque eram coisas simples; disse que a questão da rua, estava aí o Marquinho que veio na Casa e os xingou por causa da rua, confirmou com o Sr. Marquinhos, presente na assembleia, da rua, na Escola, em frente à Escola, que era para mudar de mão, e que xingou no bom sentido, alertando a eles, e até aquele momento não foi feito nada, e era uma coisa simples, passou um ano, dois, já, e não era que quando eles falavam isso, estavam criticando a Administração, não era, eles estavam alertando a Administração para que, realmente, tomassem as providências necessárias, para essas coisas, esse cotidiano não passasse pelas Casas, que fosse uma coisa que eles precisassem ficar discutindo esses pequenos problemas; disse que pedia isso e esperava que a municipalidade entendesse e sabia que estava havendo cortes, mas eram áreas que eles estavam vendo que eram prioritárias, mas que não podia haver isso, as pessoas tinham que dar continuidade à Manutenção do Município, principalmente, dos veículos, e que estava se fazendo muito e eles vinham observando isso, que eles vinham terceirizando muitos serviços, fazendo com que a estrutura do Município permanecesse, tinham motoristas, determinados veículos que prestavam serviço à população, e aqueles veículos estão ficando parados, não estavam sendo arrumados, e que a manutenção não estava acontecendo, as pessoas estavam ficando sem exercer a sua função, e deu um exemplo claro ali, que a Secretaria de Saneamento Básico tinha muitas máquinas que faziam o serviço de atendimento à população, ligação de água, conserto de esgoto, já estavam parando ou estavam fazendo num ritmo menor, pouco acelerado e não estavam dando o conta daquilo que era necessário fazer, em virtude de não ser ter maquinário suficiente para atender a toda a demanda, e que isso precisava ser revisto, e que eles tinham problemas aí de máquinas paradas por falta de recursos para comprar pneu, e que isso não podia, precisavam ter essas prioridades e solucioná-las para que o Município pudesse desempenhar muito mais o seu papel; disse que ele acreditava que, voltava a dizer mais uma vez,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que não fosse por falta de recursos, que o orçamento, pelo menos daquilo que eles estavam previstos aí, foi maior do que o ano anterior, e que eles estavam percebendo na arrecadação, que ele vinha se mantendo, e esperava que as coisas não tendessem a piorar ainda mais em virtude deles estarem caminhando para o final do ano e esse contingenciamento tinha que acontecer, realmente, e que se tinha que acontecer, determinar áreas que, realmente, impactavam no dia a dia da população; o Sr. Presidente comunicou ao Vereador que seu tempo havia se esgotado, e o Vereador continuou dizendo de só alertar ao nobre Vereador Silva e à ASAMAS, disse ao nobre Vereador, que a ASAMAS sempre contratou por processo seletivo determinadas funções lá, sempre teve um processinho seletivo e que isso era prerrogativa e incumbência do próprio Tribunal de Contas que exigia isso por parte da ASAMAS, e se estava fazendo naquele momento, nada mais do que a legislação exigia mesmo, e não estava fazendo nada mais que a obrigação; dispensou um grande abraço; a seguir, tomou a palavra o Sr. Ângelo Roberto Torres que cumprimentou a todos, parabenizando a fala dos nobres Colegas, e disse de estender o seu abraço, seu carinho, à toda equipe da Polícia Militar, de professores, pela formatura do PROERD, naquele dia, no Teatro Dona Zenaide, e que ele teve a oportunidade de participar, naquele dia, à tarde, e que tinha ficado muito feliz pelo trabalho do Policial Militar, não só por aquele trabalho voltado na questão familiar, na questão das drogas, na questão da civilização, mas também no sistema de brincar, o PM, Professor Tiago, Instrutor, não sabia como mencionava o nome dele, o Tiago estava de parabéns, e foi um trabalho maravilhoso e ficou mais feliz ainda porque mais uma vez a Escola do bairro dele, do bairro Roseira, o qual, sabiam que muitas vezes eles eram criticados, a Roseira e que ficava feliz porque quer fosse na história da EPTV, quando tinha a EPTV na Escola, ele se lembrava um ano que foram cinco premiados e três era da Escola Adone Bonetti e que isso era uma satisfação para eles, para toda equipe da Educação, e que tinha na Casa a sua amiga da Educação e que queria, através dela, parabenizar a todos lá, e parabenizou a diretora Estrelita, e também agradeceu à Escola CNA, que abraçou o projeto do PROERD, e premiou um aluno com a melhor redação com um curso cem por cento grátis para o Inglês, e a criança que ganhou foi da Roseira de cima, a aluna Pâmela, do quinto ano; disse que gostaria de deixar registrado, naquela Casa de Leis que mais uma vez eles mostraram que eles eram de um bairro simples, família simples, uma Escola Municipal, na qual as crianças também acompanhavam e chegava na premiação e chegava a competir, às vezes, com outras escolas e outros bairros, dizia assim,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

com mais poder aquisitivo melhor das famílias, mas, enfim, era gratificante, era gostoso, era bacana ver aquele trabalho, e sempre que ele podia ele estava colaborando, quando ele era procurado, também, mas ele queria deixar registrado ali seus parabéns a toda a Corporação do Major Daniel, toda Corporação da Polícia Militar, nesse sentido; a seguir, comentou sobre a rua Eduardo Tozzi, onde o Zé Muniz comentou sobre o ponto de ônibus e o Fred também colocou, realmente, era cruel passar ali, quando o ônibus parava no ponto, se vinha um carro de cima e se se estava com um caminhão subindo, carro, gente passando, cruzando, os moradores próximos ali até falavam, que aquele trecho virou um segundo centro de Jaguariúna; disse que o Fred até sugeriu do ponto de ônibus subir, mas que ele acharia melhor ele descer no Parque dos Lagos, porque a praça estava do lado oposto, porque como ele falou, era o lado subindo, ou até melhor que se fizesse, naquele sentido já, como eles questionaram bastante a questão de mão única, como a Vereadora Inalda tinha colocado lá no Spasso Sabores, era um trecho complicado, disse à Vereadora e concordava com a solicitação dela, mas ele via um trecho com a questão de mão única, ficava muito complicado, até pelos comércios que estavam ali e pela alça de acesso que estava indo, e esperava que a Mobilidade Urbana conseguisse, pois trabalhando estava, que iria ser a ligação do Hospital, e que não iria mais até à rotatória, próximo à Agro Geral, e iria sair margeando e iria encontrar lá naquele mini “outdoor” em frente ao Hotel, e aquela mão passaria a ser mão dupla e quem estava no Cruzeiro, já iria vir ao contrário, já iria sair ali na Agro Geral e acreditava que iria melhorar a situação, ou piorar, mas uma solução seria proibir estacionar numa lateral, que resolveria; comentou que ali na Escola Amâncio, próximo da Escola, e que o Vereador José Muniz questionou, da Escola Irineu, e que no Amâncio também foi questionado ali da José Alves Guedes, fazer um trecho contra mão, ali também era um trecho perigoso e que achava que seria de suma importância estar fazendo ali na Escola do Amâncio esse trecho contra mão; comentou ainda, sobre a questão dos veículos, realmente, era complicado, e que ele esteve, havia quinze dias atrás e ele até agradeceu a verba do Deputado Carlos Sampaio, o qual fez uma aquisição de uma van para o transporte desses pacientes que iam pra fora, e que naquela semana ele teve conhecimento que chegaram mais duas vans zero, mas achava que era para a Educação, também para transporte, e que esse era para os alunos especiais, não sabia ainda, mas a solução seria locação, e como o Fred falou que tinha um motorista, e que, às vezes, se terceirizava o serviço, ele era motorista, tinha carro ia, não tinha, e que achava que uma



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

solução seria a locação, e que no hoje pagar a locação do veículo era mais barato que pagar manutenção porque, realmente, toda a frota ia se desgastando, os anos passavam, asfalto que não ajudavam muito, não só na cidade, mas também nas estradas por aí, e o pessoal, normalmente, ia para lugares complicados, estradas ruins, e que a manutenção, realmente, ficava bem precária e bem caótica; agradeceu a todos, desejando boa noite; a seguir, tomou a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner que cumprimentou a todas e a todos, aos funcionários da Casa que faziam esse trabalho, funcionários e funcionárias, que faziam esse trabalho tão brilhante para eles, e que ela queria começar falando, até pegando uma carona com o nobre Vereador Neguita, dessa questão da classificação da redação da escola, e ela também queria dar os parabéns, a Escola Adone, lá atrás quando ela era Secretária ficou nos primeiros lugares no IDEB, e perguntou aos Pares se se lembravam, e que ficou no oitavo lugar, e que foi uma classificação assim muito boa, que ela trabalhava lá como todas as outras escolas com as apostilas, com as lousas digitais, e também a Escola do Tanquinho naquele mesmo ano, teve um salto muito grande porque em anos anteriores tinha ficava junto com escolas lá de Campinas, e perguntou se o Vereador se lembrava, era um bairro complicado em Campinas, e depois tinha superado tudo isso através de um trabalho deles, porque eles queriam que as Escolas em Jaguariúna, todas elas tivessem um nível alto, e que nunca foi ideia deles que a escola central fosse brilhante, mas a escola da periferia não, e eles conseguiram fazer um nível bom para todas as escolas e que isso era uma felicidade para eles, e parabenizou aos professores que fazia esse trabalho tão bom lá nas escolas; disse que ainda falando das escolas, e falando da Escola do Tanquinho, parabenizou a Prefeitura, o Sr. Prefeito Gustavo Reis, a Secretária Cristina e toda equipe, todos os envolvidos, profissionais, diretores de Escola, que estava instalando lá, na Escola Infantil, o período integral, e o período integral era o objetivo de todas as escolas e Jaguariúna estava avançando neste aspecto, mais quarenta vagas e isso dava segurança para as crianças, disse ao Bozó, as crianças ficavam lá o dia inteiro na escola e além disso melhorava o ensino, eles tinham uma escola no período da manhã com aulas tradicionais, mas no período da tarde teriam esportes, teatro, artes, enfim, e que as crianças ficavam o dia inteiro na escola, com um aproveitamento melhor, e no seu ponto de vista eles tinham que caminhar para que toda a rede conseguisse atender os alunos dessa forma, mas ela queria dar seus parabéns, por esse esforço de mais quarenta crianças em Jaguariúna serem atendidas e, principalmente, que eram crianças de longe do centro, lá no Tanquinho, e se elas não estivessem na



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

escola, elas estariam onde, perguntou; parabenizou a Prefeitura, o Prefeito por essa iniciativa; disse, a seguir, que o segundo assunto que ela queria tratar, e que ela queria pedir aos seus colegas que compreendessem a importância da Lei que iria instituir, se eles votassem a favor, a Semana da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla, e que isso poderia parecer uma coisa simbólica mas, na verdade, era muito importante, porque a partir da instituição dessa semana, dessa data, eles conseguiriam fazer atividades, criar atividades, criar discussões, e fazer com que todas as pessoas entendessem a importância dessa parcela da população, disse ao Vereador, porque a justiça social se fazia assim, as pessoas tinham que ter direito de ter seu desenvolvimento pleno, elas tinham que ter direito a ter uma escola adequada para que elas tivessem uma justiça feita com elas também; pediu aos senhores, porque através da aprovação daquela lei eles poderiam fazer as atividades, poderiam fazer um calendário e dessa forma eles podiam conscientizar a toda a população; muito agradeceu; a seguir, o Sr. Presidente solicitou a gentileza de que, quando tivesse um Vereador se pronunciando, que eles tentassem manter a conversa num tom um pouco mais baixo para não interferir na fala do Vereador, pediu a gentileza de todos os presentes; a seguir, tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo que, primeiramente, passou a presidência dos trabalhos da Mesa para a Sra. Cássia Murer Montagner, Vice-Presidente e, na tribuna cumprimentou a todos, tanto os que os acompanhavam pelas redes sociais, quanto ali no Plenário da Casa; a seguir, disse que iria iniciar sua fala exatamente em defesa da moção que foi apresentada ali e que eles iriam discuti-la em breve e iriam estar votando na Ordem do Dia, que era de autoria dele, do Vereador Cecon, da Vereadora Inalda e do Vereador Rodrigo da Silva Blanco, que tratava sobre a PEC número quarenta e cinco, a qual falava da Reforma Tributária do País; disse que todos eles estavam vendo que o Brasil precisava de mudanças e havia um esforço muito grande do Governo Federal, do Congresso Nacional, em voltar a dar oportunidade à economia do País a crescer, o emprego voltar, de terem um Brasil em desenvolvimento; disse que acabaram de votar, recentemente, na Câmara dos Deputados a reforma da Previdência, momento ímpar, e que muitas vezes a medida era amarga, mas era necessária, e agora, a segunda reforma que eles estavam tratando, era a Reforma Tributária, que foi apresentada naquela Casa como forma de melhorarem a tributação e simplificarem os impostos do País; disse que tinha certeza que cada um que estava ali estava cansado de pagar impostos, imposto é muito duro, imposto judia, mas era necessário também para manter o Estado, e a Reforma Tributária



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

trazia, exatamente, essa prerrogativa, para poderem melhorar a tributação no País e darem oportunidade de renda, de emprego, a todos aqueles que precisavam; para que a Economia voltasse a crescer era necessário mexerem nisso; falou que o Deputado Baleia Rossi que apresentou aquela proposta no Congresso e no hoje passava por discussões e que o projeto não estava pronto e acabado, não, iria ser muito bem debatido e amplamente debatido, e que tinham conhecimento de correntes favoráveis e contrárias a algumas medidas que estavam ali, e que a preocupação deles, também, era a questão dos municípios e dos estados, sabiam da importância disso, mas ele parabenizava o Deputado pela iniciativa em promover essa discussão no hoje, no País, e que o projeto não tinha sido votado ainda, mas tinha que ter coragem de apresentar, tinha que ter coragem de apresentar a Reforma da Previdência e agora a Reforma Tributária; disse que o Brasil tinha que dar certo, e cada um deles tinha que fazer a sua parte para o País dar certo; comentou que aquela proposta da PEC quarenta e cinco era exatamente nesse sentido, e que ele pedia ali a colaboração dos nobres Vereadores exatamente de mostrarem ao proponente da Reforma que eles estavam ali observando, e disse de fazerem as críticas necessárias no momento certo, fazerem, sim, as cobranças necessárias, mas eles estavam a favor, a favor que o País precisava voltar a crescer, a favor que o Brasil precisava voltar a dar oportunidade de renda e emprego ao povo brasileiro e a Reforma Tributária era exatamente isso, por isso ele pedia o apoio dos nobres Vereadores; disse que uma segunda situação que ele gostaria de destacar, também, naquela noite, houve um índice oficial dizendo que a criminalidade no Município de Jaguariúna reduziu, e que há pouco tempo atrás ele viu uma emissora de TV tentando denegrir a imagem do Município, e que ele veio ali na tribuna defender isso e dizer que não era verdade, não era verdade, e que investimentos de segurança, eram investimentos sérios para melhorar a qualidade de vida do cidadão de Jaguariúna; disse que se lembrava claramente, naquele encontro com os representantes da Qualcomm, a empresa que estava vindo se instalar em Jaguariúna, que o primeiro índice que eles observaram foi o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano para poder escolher Jaguariúna, e perguntou se sabiam qual seria o segundo índice, e que o segundo índice foi a Segurança Pública; disse que quando um resultado desse aparecia, era dar, realmente, a quem trabalhava na Segurança, os senhores Policiais Militares, Policiais Municipais, Polícia Civil, Defesa Civil, Corpo de Bombeiros, que trabalhavam com essa segurança para a cidade, preservando a vida e o patrimônio; disse que se alegrava de ver a redução disso, e que crimes existiam, mas existia Polícia



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

em Jaguariúna, existia trabalho sério na Segurança para poder apurar os crimes, e reduzir, realmente, de verdade, a criminalidade na cidade; disse que nunca iria existir zero índice, jamais, mas podiam ter certeza o crime acontecia, a apuração e o culpado, era preso, às vezes, enxuga-se gelo, prendia-se no hoje, soltava-se amanhã, mas não era culpa do policial, era culpa do sistema em que viviam, infelizmente; disse, então, de registrar ali a sua gratidão a todos eles da Segurança Pública, ao Prefeito Gustavo Reis por investir no Centro de Monitoramento, por investir na Segurança, com viaturas novas, e que discutiam, há pouco, a dificuldade de alguns veículos municipais, mas as viaturas da ROMU estavam aí para provar que estava sendo investido, também, em segurança do profissional, em locomoção, em eficiência no serviço; parabenizou ali, naquele sentido; disse que parabenizava, por último, o trabalho da Comissão Permanente da Casa, de Saúde, Educação, e tinha um monte de coisas na Comissão, mas cujo Presidente estava na Mesa, o Vereador Cristiano José Cecon, e o parabenizou pela condução dos trabalhos, o parabenizou por levar a sério aquela Comissão, e que ele tinha acesso, no hoje, do resultado do Ministério Público do Estado de São Paulo, o qual apresentou para eles um protocolo feito, o número trezentos e dezoito de dois mil e dezenove, que concluía da seguinte forma: “tenho a presente representação que reunia condições de ser indeferida, porquanto, pela narrativa apresentada, vislumbra-se a desnecessidade de prosseguimento desse expediente. Os representantes se equivocaram, pois se trata de taxa que é paga pelo médico à Cooperativa e não adicional à hora trabalhada pela ASAMAS. Deste modo, conclui-se que a representação é infundada, pois o custo do profissional médico contratado, via consórcio, é menor, além disso, há de se considerar, conforme esclarecido pela representada, que ao contratar o profissional médico pela Cooperativa na hipótese de o médico escalado faltar, cabe a ela reposição, o que não ocorre com o médico contratado que, se falta ao trabalho, dificilmente é substituído naquela plantão, havendo desfalque da equipe. Não se vislumbra pela narrativa elementos mínimos que provam que pudessem ensejar providência por parte da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público, e se assim é, não se vislumbra pelo que foi constatado e apurado após os esclarecimentos feitos pela representada, ato atentatório à moralidade administrativa apto a causar dano ao erário, e por fim, assim sendo, levando-se em conta os argumentos acima dispostos, com fulcro no artigo quinze, inciso dois, do Ato quatrocentos e oitenta e quatro barra dois mil e seis, do CPJ, indefiro a representação. Notifique-se o representante, Senhor David Hilário Neto, por meio de AR,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

acerca do teor dessa decisão e da possibilidade de interposição de recursos contra a mesma a ser apresentado no prazo legal, nesta Curadoria enviado ao Conselho Superior do Ministério Público para análise. Jaguariúna, dois de agosto de dois mil e dezenove – Doutor Sérgio Luís Calda Spina – Promotor de Justiça.” Disse que o trabalho que era feito na Casa, que por todas aquelas mãos, que todos os Vereadores da Casa mostravam que eles estavam preocupados, sim, em defender o patrimônio público, em defender as instituições, em defender o Hospital, mas, infelizmente, ou felizmente, essa conduta, realmente, não era errada, ela era correta, mas o questionamento era democrático, o questionamento era republicano, e parabenizou ali, o Presidente da Comissão que a justiça fosse feita, que o Vereador conduziu muito bem os trabalhos, teve aquela reunião com os representantes da Cooperativa, reunião com os representantes da ASAMAS, e eles puderam, naquela oportunidade, esclarecer as dúvidas, mas tinham que vigiar sempre e sempre estar atentos a todas as movimentações nesse sentido; agradeceu a todos e desejou boa noite; a seguir, a Sra. Cássia Murer Montagner, Vice-Presidente, devolveu a presidência dos trabalhos da mesa para o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo. Terminado o Expediente, o Sr. Presidente suspendeu a sessão por 15 (quinze) minutos, conforme determinava o Art. 149, Parágrafo Único, do Regimento Interno. Terminado o prazo concedido, o Sr. Presidente reabriu a Sessão determinando a feitura da chamada, onde foi anotada a presença dos seguintes Srs. Vereadores: Afonso Lopes da Silva, Alfredo Chiavegato Neto, Ângelo Roberto Torres, Cássia Murer Montagner, Cristiano José Cecon, David Hilário Neto, Inalda Lúcio de Barros Santana, José Muniz, Luiz Carlos de Campos, Rodrigo da Silva Blanco, Romilson Nascimento Silva, Taís Camellini Esteves e Walter Luís Tozzi de Camargo. Constatado número regimental, o Sr. Presidente deu início à Ordem do Dia: Em Única Discussão: 1. Processo CM nº 101/2019 do Executivo Municipal - Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 011/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal - REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIII do R.I - para REJEIÇÃO do Veto). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação. Em Discussão pela ordem, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou a todos dizendo que só gostaria de esclarecer que aquilo foi uma emenda proposta por eles Vereadores, numa discussão do Projeto do REFIS onde estariam diminuindo o percentual dos Procuradores do Município no valor dos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

débitos que os munícipes teriam com a municipalidade; tiveram na semana passada os Procuradores do Município onde esclareceram que, de acordo com Código de Processo Civil, aqueles percentuais não poderiam ser menores do que aquilo que foi estabelecido na lei, foi estabelecido na lei, justamente para dar uma possibilidade maior de pagamento por parte dos contribuintes mas, infelizmente, principalmente ele, foi pego de surpresa porque a lei foi alterada em dois mil e quinze, dois mil e dezesseis do CPC, dizendo que os percentuais teriam que ser os mínimos de acordo com a legislação federal; então, caberia a eles, realmente, acatar o veto para que a proposta permanecesse de acordo com o original; então, ele pediu aos nobres Pares que votassem favorável ao veto. A seguir, em votação o Processo CM nº 101/2019 do Executivo Municipal - Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 011/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal - REFIS MUNICIPAL, e dá outras providências, foi o mesmo acatado por unanimidade de votos; 2. Processo CM nº 102/2019 do Executivo Municipal - Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal das Empresas e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIII do R.I - para REJEIÇÃO do Veto). O Sr. Presidente disse que gostaria de confirmar com o Secretário se o Parecer Conjunto foi aplicado para ambos os casos ou não? Então, ele pediu a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição Justiça e Redação; naquele momento, pela ordem, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto dizendo que o Parecer, por mais que tivesse algumas razões diferentes daquilo que foi apresentado no momento, mas era referente aos dois projetos da pessoa física e pessoa jurídica e os mesmos percentuais que foram alterados na lei, estavam acatando o veto naquele momento; ele até iria colocar a proposição para pedir a dispensa da leitura do parecer; com a palavra o Sr. Presidente dizendo que, em virtude da matéria e, também, da solicitação disse ao nobre Vereador, ele iria submeter ao Plenário a dispensa da leitura para que pudessem avançar nas discussões pois tinham doze projetos na noite, e então, iria colocar em votação o requerimento verbal do Vereador para dispensa da leitura da propositura; em discussão e votação o Requerimento do Sr. Alfredo Chiavegato Neto solicitando a dispensa da leitura do Parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Redação ao Processo CM nº 102/2019 do Executivo Municipal - Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, o qual foi aprovado por unanimidade de votos; Dispensada a leitura do Parecer da



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação ao referido Processo, o Sr. Presidente colocou em discussão e em votação o Processo CM nº 102/2019 do Executivo Municipal - Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei Complementar nº 012/2019, que institui no âmbito do Município de Jaguariúna, o Programa Especial de Recuperação Fiscal das Empresas e dá outras providências, que foi acatado por unanimidade de votos; o Sr. Presidente suspendeu a sessão para esclarecimentos sobre proposituras que seriam ainda apreciadas; decorrido prazo necessário para os esclarecimentos, o Sr. Presidente reabriu a sessão, continuando a Ordem do Dia: 3. Processo CM nº 107/2019 do Executivo Municipal - Veto Parcial oposto ao Projeto de Lei nº 044/2019, que altera a Lei Municipal nº 1.125/1995 e revoga a Lei Municipal nº 1.232/1999, relativas às Ações de Vigilância Sanitária, e dá outras providências (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XIII do R.I - para REJEIÇÃO do Veto). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação. Em Discussão, pela ordem, usou a palavra o Sr. Presidente, Walter Luís Tozzi de Camargo, dizendo que gostaria de argumentar pois tinha um processo de um veto parcial que era a lei do REFIS, que foi tratada na Casa onde a taxa reduzia para duzentos reais, era uma taxa que estava sendo bastante onerosa a todos e era por CNAE, então, existiam alguns argumentos que eram apresentados pelo Executivo de inconstitucionalidade, a Casa reconhecia alguns pontos, porém divergia de outros, até porque tinham que defender, realmente, o interesse da coletividade buscando o princípio de igualdade, justiça e equilíbrio daquela situação toda, sabe por quê? Quem havia pago estava sendo penalizado, que não havia pago na oportunidade o valor que era para ser pago iria ser beneficiado só com os duzentos reais que era justo, era justo mas, quem pagou, infelizmente não teria o dinheiro de volta; então, aquela Casa tinha um entendimento de buscar sempre a melhoria para a população de Jaguariúna; então, ele fez uma defesa e pediu aos nobres Pares que não acatassem ao veto; então, a votação se fosse a favor do veto, era sim, se fosse contra o veto, contra o veto, era não, porque o parecer estava dizendo pelo veto; então, sim, era a favor do veto, não, contra a veto, naquele momento ele perguntou se estava claro para todos. A seguir, em votação, foi o referido veto rejeitado por onze votos contrários, sendo um favorável do Sr. Afonso Lopes da Silva. A seguir, Em Única Discussão os Projetos de Lei nºs 050, 051, 052 e 053/2019, do Executivo Municipal, que por serem de matérias análogas, receberam das Comissões Permanentes competentes um único Parecer. O Sr. Presidente determinou a leitura do



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo aos referidos Projetos. A seguir, em Única Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei nº 050/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão de projetos no Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021 (Lei Municipal nº 2.463/2017). (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 051/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão de projetos nas diretrizes orçamentárias para o exercício de 2019 (Lei Municipal nº 2.515/2018) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 3. Projeto de Lei nº 052/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre inclusão de projetos no Orçamento Geral do Município para o exercício de 2019 (Lei Municipal nº 2.562/2018) (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, VIII do R.I.). Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 4. Projeto de Lei nº 053/2019 do Executivo Municipal, que dispõe sobre autorização ao Executivo para abertura de créditos especiais (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, XII do R.I.). Em discussão e votação foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Moção nº 069/2019, dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana e Rodrigo da Silva Blanco, de congratulações e Louvor ao Deputado Federal Baleia Rossi, pela apresentação da propositura PEC nº 45, que trata da Reforma Tributária; em discussão, pela ordem, pediu a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que desejou boa noite a todos, novamente, dizendo que só gostaria de solicitar, não sabia se havia a possibilidade de adiar um pouco a votação daquela moção, não sabia se tinha que votar naquela mesma sessão, enfim, ele só queria declinar a opinião dele e voto com relação àquela moção, uma que ele não tinha conhecimento como havia dito na reunião com os nobres Pares do teor da PEC 45, ele começou a dar uma olhadinha na internet a respeito de alguma coisa que se falava e tinha gente questionando com relação ao pacto federativo que iria acabar com o pacto federativo, que estava unindo vários impostos em um só, inclusive ICMS, ISS, PIS, COFINS, enfim, ele sabia que a Reforma Tributária era algo que o País precisava, realmente, a desoneração de impostos, mas eles, município de Jaguariúna, eram grandes produtos, geradores de ICMS, tinham que se preocupar com a proposta de emenda e, também, com a Reforma Tributária,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

então, ele era favorável à Reforma Tributária e não poderia votar aquela moção, não por ser proposta de emenda à Constituição feita pelo Deputado Baleia Rossi, não era aquilo, enfim, era por não ter conhecimento do inteiro teor da PEC, na própria moção não apresentava só falava que estava apoiando, enfim, a PEC Quarenta e Cinco, pelo que pôde observar, ela estava sendo alvo de críticas, pessoas defendendo, assim como toda a Reforma Tributária, então, era preocupante, a princípio, sem ter o conhecimento do inteiro teor da moção e votar favorável; aquela era a opinião dele e pediu aos nobres Pares que refletissem, também; agradeceu e desejou boa noite; a seguir, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou todos os presentes dizendo que comungava da mesma ideia do Vereador Alfredo, eles sabiam que o Brasil precisava de várias outras reformas também mas, se pudesse adiar como foi dito para uma outra sessão poderia estudar melhor, ele também desconhecia o teor da PEC, então, era difícil estar votando favorável ou contrário em relação àquela matéria, ele gostaria de ter um conhecimento maior a respeito daquilo, se pudesse deixar para outra sessão ele daria uma olhadinha na proposta que estava em discussão em Brasília, daí poderia dar um voto mais consciente do que se manifestasse naquele momento, por isso que iria votar contrário àquilo; a seguir, pela ordem, pediu a palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que cumprimentou todos os presentes dizendo ao Presidente que iria deixar claro e até tinha falado para o Fred se seria possível adiar a moção, confirmou com o Fred, porque mexia com alguns tributos, inclusive ICMS e que a Cidade dependia muito de ICMS e foi pedido apoio e seria incoerente da parte dele de vir a votar contra a moção, uma vez que ele apoiou o colega Baleia Rossi e tinha que acreditar no trabalho dele, mas confessou, confirmando com o Magrão, que tinha ficado um pouco assustado em votar um negócio que viria, futuramente mexer com o ICMS, que era a maior riqueza do Município; então, ele pediu ao Presidente para que, num momento oportuno, explicasse um pouco mais e que estava sendo bastante discutido lá, mas eles como bairristas que eram, sempre preocupados com a Cidade, confessou que estava um pouco preocupado, então, que fosse explicado um pouco melhor e, realmente, confirmando com o Fred que ninguém dava um tapa e escondia a mão, então, se fosse possível estar adiando para discutir melhor e todo mundo votar com tranquilidade mas, ele estendia o apoio e voltava a repetir que prezava muito pela ética e como apoiou o nobre Deputado não seria coerente da parte dele ir contra o trabalho do nobre Deputado, tinha certeza que para ele aquele era o caminho mas, tinha ficado preocupado com o Município em si, era Vereador e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

sempre iria defender, primeiramente, o Município, agradeceu; a seguir, pediu, novamente, a palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto que cumprimentou todos os presentes novamente dizendo que iria ler um comentário sobre a PEC Quarenta e Cinco: “A PEC Quarenta e Cinco é por demais complexa para ser analisada integralmente em um texto só, em um artigo limitado a quinze mil caracteres com espaço, portanto, dedicaremos, pelo menos, a dois artigos essa proposta, talvez as mais importantes”; naquele artigo falava que estava dando nova competência ao artigo cento e cinquenta e quatro dizendo que: “artigo cento e cinquenta e quatro: a União poderá instituir três impostos seletivos com a finalidade extra fiscal destinados a desestimular o consumo de determinados bens, serviços ou direitos”; enfim, o Sr. Alfredo Chiavegato Neto voltou a dizer ao Presidente que ele era favorável à Reforma Tributária, não tinha nenhuma dúvida daquilo que traria um desoneração, principalmente dos contribuintes, principalmente da população, mas ele, como legislador de Jaguariúna, não poderia votar aquela moção estimulando a aprovação da Reforma Tributária sem ter o conhecimento dela, e sem, principalmente, saber qual seria o impacto que traria para Jaguariúna, porque Jaguariúna, assim como ele achava que tinha em torno de cinquenta municípios no País que se houvesse a reforma que já era proposta há muitos anos atrás no Congresso, o município de Jaguariúna assim como Paulínia, Cubatão, enfim, cidades que eram grandes geradoras de ICMS, seriam prejudicadas e muito; o que tinha que se preservar na Reforma Tributária, ele voltava a dizer, tinha que ser feita, realmente, para desonerar o contribuinte, a pessoa física e a pessoa jurídica também, desburocratizar ainda mais o sistema tributário que era complicado mas, não poderia perder recurso, aquela era a grande preocupação dele, voltava a dizer, só não iria votar favorável aquela moção porque o nobre Presidente foi até...ele voltava a dizer, simples na moção, ela não tinha muito teor simplesmente solicitando, realmente, que a proposta fosse debatida no Congresso mas, ele não conhecia a PEC Quarenta e Cinco, sabia que foi apresentado três propostas de emendas, inclusive do Governo Federal já tinha inúmeras emendas por parte dos congressistas e não era uma, especificamente do Deputado Baleia Rossi teria que estar apoiando ele sabia que tinha várias e que caberia lá, uma discussão ampla, sabia que era o momento do País estar discutindo aquilo e seria discutido mas, ele não acreditava que a proposta da PEC Quarenta e Cinco fosse a melhor, inclusive para Jaguariúna, inclusive para todos os brasileiros, enfim, ela tinha que ocorrer, ele não tinha dúvida daquilo, disse ao Presidente, pelo amor de Deus, não era nada contra o Deputado, teve a questão do título





Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

que teve a opinião dele, já havia passado a opinião dele a todos naquele momento mas, gostaria de deixar claro que só votaria...estava votando contra porque não tinha conhecimento, realmente, da PEC Quarenta e Cinco; pela ordem, pediu a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria de fazer menção à moção como havia feito aos nobres Vereadores lá dentro, o Brasil passava por mudanças e por reformas e a Previdência foi a primeira delas, como ele havia falado tinha coisa que amargava e depois que doía mas, era necessário; a Reforma Tributária também era necessária para o País poder voltar a crescer, catorze milhões de desempregados não era fácil, não, então, ter coragem de discutir aquilo no País precisava, realmente, de uma iniciativa e a PEC Quarenta e Cinco fez aquela iniciativa; esclareceu, também que era uma matéria concorrente, o que era aquilo? Tanto poderia vir do Legislativo, como poderia vir do Executivo, tanto que havia uma situação daquela vindo das duas Casas e a discussão ainda seria muito grande em Brasília, mas o que era importante com a moção? Era para falar que Jaguariúna não estava fechando os olhos, era exatamente para realidade deles, confirmando com o Vereador, não poderia se calar com aquilo tudo e diziam na moção, claramente, que apoiavam a Reforma Tributária, os pontos que não interessava, era óbvio que poderiam fazer críticas, poderiam naquela Casa se manifestar, inclusive com requerimentos, moções e o que fosse necessário, aquilo era o papel do legislador local, tinha que olhar, sim, o interesse da população, tinha que olhar pelo Brasil, tinha que olhar o esforço que o Governo Federal vinha fazendo para tentar reverter o quadro caótico da economia, reverter o desemprego, as oportunidades, os investimentos, eles sentiam na pele dentro de casa, sentia em cada lar de brasileiro e cada lar dos jaguariunenses, sentiam aquelas dificuldades; então, discutir a reforma era aquilo que estavam mostrando, que Jaguariúna, naquela moção dizia que Jaguariúna estava atenta àquilo até para defender os interesses da Cidade, não estavam dizendo que tinham os olhos fechados o que estavam lá votando uma coisa sem saber, a discussão ainda iria longe, discutiram lá dentro que a proposta do nobre Deputado Baleia Rossi se contrapõe a uma outra proposta apresentada pelo Executivo, iria haver fusão daquilo na Casa, tinha mais de cem emendas parlamentares já protocoladas no Congresso para discutir aquilo; então lá, não estavam discutindo se queriam, estavam dizendo, parabéns Deputado pois teve a coragem no mandato dele de apresentar uma proposta, tinha quinhentos e treze, quinhentos e doze não apresentaram, então, era necessário falar aquilo e os pontos que não atender a Cidade, as necessidades iriam se manifestar,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna não era uma ilha, não vivia fora do Brasil, precisavam daquilo; então, ele respeitava, obviamente, todas as opiniões em contrário, aquilo era democrático, porém ele tinha que defender a propositura e pediu, mais uma vez, o apoio dos nobres Vereadores para aquilo, a moção não podia ser politizada, não podia ser política, partido “A” contra “B”, tinha que ser, realmente em favor de um interesse maior que era da Nação, que era a Reforma Tributária, mas ele respeitava todas as opiniões em contrário. A seguir, em votação a Moção nº 069/2019, dos Srs. Walter Luís Tozzi de Camargo, Cristiano José Cecon, Inalda Lúcio de Barros Santana e Rodrigo da Silva Blanco, de congratulações e Louvor ao Deputado Federal Baleia Rossi, pela apresentação da propositura PEC nº 45, que trata da Reforma Tributária, foi a mesma aprovada por sete votos favoráveis, sendo cinco contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, José Muniz, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves. Em Segunda Discussão foi apreciado o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 042/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade das Imobiliárias de Jaguariúna a abrirem seus imóveis para vistoria contra Dengue, Zyka, Chikungunya e Febre Amarela”, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Em discussão, pela ordem, usou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que faria uma breve menção e parabenizou o Vereador pela iniciativa, pela preocupação, era muito sério, muito grave aquela situação que viviam no País, das epidemias e eles sabiam, sim, de alguns imóveis fechados que poderiam ser criadores do mosquito da dengue e transmitir doenças na Cidade, parabenizou pela iniciativa; a seguir, pela ordem, pediu a palavra o Sr. Afonso Lopes da Silva que parabenizou o Vereador Romilson pela iniciativa e que era importante as iniciativas para que pudessem fazer em relação à questão da prevenção contra aquelas doenças, na verdade, quando fizeram aquela discussão ficaram algumas dúvidas no ponto de vista operacional, como ficaria aquilo em relação, por exemplo, das imobiliárias com a questão da Secretaria de Saúde, mas ele achava que o que importava era a prevenção daquelas enfermidades e que era importante para o Município. A seguir, em votação, o Substitutivo ao Projeto de Lei nº 042/2019 do Sr. Romilson Nascimento Silva, que dispõe sobre a obrigatoriedade das Imobiliárias de Jaguariúna a abrirem seus imóveis para vistoria contra Dengue, Zyka, Chikungunya e Febre Amarela”, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, em Primeira Discussão foram apreciados: 1. Projeto de Lei Complementar nº 013/2019, do Executivo Municipal, que altera, conforme



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

específica, a Lei Complementar Municipal nº 127/2007, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I, cc Art. 42 do LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer Conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em discussão, pela ordem, usou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que gostaria de tecer algumas menções, primeiro dizer que a vinda da Qualcomm para Jaguariúna e da USI também, era algo que iria fazer um divisor de águas na Cidade, geração de empregos, renda, aumento da arrecadação do Município, melhor investimento nas necessidades básicas da Cidade, investimento na saúde, educação, segurança pública, saneamento básico, enfim, tudo que uma Cidade precisava porque era uma empresa de grande porte, uma empresa que disputou com outros países para poder vir para Jaguariúna, disputou com outros estados brasileiros e vieram para São Paulo, disputou com outros municípios paulistas e vieram para São Paulo e vieram para Jaguariúna por quê? Vieram para Jaguariúna, exatamente, porque tinha um índice que tinha chamado a atenção deles o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano, era a qualidade de vida do Município, vieram para Jaguariúna porque viram que se investia em segurança, vieram porque viram uma gestão preocupada com o interesse coletivo; vieram para Jaguariúna porque viram o esforço e empenho da Secretaria de Desenvolvimento Econômico na pessoa do Secretário, o Sr. Valdir, que estava presente, viram o empenho e dedicação do Prefeito Gustavo Reis em lutar junto ao Governo do Estado para trazer aquele recurso; de toda ajuda e colaboração do Governo do Estado, através do Governador João Dória e dos Secretários, escolheram o interior paulista, aquele era o diferencial e o diferencial iriam colher com o tempo, se ele não estivesse enganado, em números, falando nada do que estava fora do projeto, o investimento da Qualcomm em Jaguariúna seria em dois mil e vinte e um, mais de um bilhão de reais, aquilo arrecadava e se não estivesse errado nos números, achava que seis ou sete milhões, se não estivesse enganado; então, assim era importante dar fomentos para trazer a tecnologia, para trazer o emprego, para trazer o desenvolvimento da Cidade e aquela medida só poderia receber o elogio e o apoio deles, ele sabia que aquela Casa tinha estudado com critérios, os Vereadores estiveram na reunião de Comissões, na quarta-feira e foram criteriosos, cobraram, o Secretário explicou com detalhes o processo todo, trouxe, inclusive documentação de toda a tratativa que aconteceu e lá ele deixava os parabéns ao Prefeito Gustavo Reis,



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

ao Secretário Valdir e toda a equipe da Prefeitura de Jaguariúna, indistintamente, ao Governo do Estado de São Paulo e, principalmente, aquela Casa que com muito respeito iria votar naquele momento um apoio para que se instalasse e funcionasse, ele agradeceu. Em votação, o Projeto de Lei Complementar nº 013/2019, do Executivo Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 014/2019, do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica, a Lei Complementar Municipal nº 250/2013, que Institui o Programa de Incentivo Fiscal ao Desenvolvimento Empresarial do Município de Jaguariúna – PRODEJ Serviços – para concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna. (Quorum de deliberação: maioria absoluta: Art. 50, § 1º, I do R.I, cc Art. 42 do LOM). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. A seguir, foi apresentada a de Emenda aditiva no artigo 1º do referido Projeto de Lei Complementar, alterando-se o artigo 7º da Lei Complementar nº 250/2014, que passa a vigorar com a seguinte redação: “Art. 7º As pessoas jurídicas com atividades preponderantes, conforme dispõe o art. 1º, que realizarem investimentos ou mantiverem postos de trabalho no Município de Jaguariúna, definidos nesta lei complementar, farão jus aos seguintes incentivos fiscais:” O Sr. Presidente suspendeu a sessão, para esclarecimentos sobre a referida emenda; reabrindo a sessão, o Sr. Presidente solicitou a leitura da que foi corrigida; em discussão e votação a emenda, foi a mesma aprovada por unanimidade de votos. A seguir, em discussão e votação o Projeto de Lei Complementar nº 013/2019, do Executivo Municipal, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei Complementar nº 014/2019, do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica, a Lei Complementar Municipal nº 250/2013, que Institui o Programa de Incentivo Fiscal ao Desenvolvimento Empresarial do Município de Jaguariúna – PRODEJ Serviços – para concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 2. Projeto de Lei nº 055/2019, do Executivo Municipal, que dá nova redação ao caput, do art. 1º da Lei Municipal nº 1.482/2003, que define os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, previstas no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação e de Orçamento, Finanças e Contabilidade. Em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

discussão pela ordem, pediu a palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos dizendo que queria se manifestar contrário àquele projeto de lei complementar, como foi lido no parecer o valor mínimo, no hoje, de pequeno valor, com base na lei mil quatrocentos e noventa e dois, trinta e nove mil reais, a maioria daquelas dívidas que a Prefeitura tinha ele acreditava que eram verbas trabalhistas, o servidor tinha entrado com ação e acabou vitorioso e daí, no caso se eles votassem favoráveis, baixando no hoje, era trinta e nove mil, se a pessoa tivesse cinquenta mil, cinquenta e cinco mil, pela lei, a pessoa poderia fazer um acordo com a Prefeitura e não teria mais recurso para recorrer, a pessoa poderia fazer um recurso com a Prefeitura e abrir mão de onze mil, vinte e um mil e receber aquele valor, ou então ela esperava para que fosse incluído no precatório e eles sabiam que demorava muito tempo para estar recebendo; então, ele achava que, se a Prefeitura quando tinha para receber, eles votaram lá o REFIS, a Prefeitura procurava os meios para estar recebendo o que as pessoas, o que o cidadão devia para a Prefeitura e ele achava que a Prefeitura devia ter a contrapartida dela, tinha que, também, o que ela devia, estar pagando e, geralmente, era para servidor; então, mudando o valor para cinco mil e novecentos reais ficaria muito complicado, a Prefeitura não iria..., acima daquele valor estava sendo jogado para o precatório e no precatório iria demorar muito mais tempo para a pessoa estar recebendo o valor, por isso e iria votar contrário aquele projeto de lei. Em votação o Projeto de Lei nº 055/2019, do Executivo Municipal, que dá nova redação ao caput, do art. 1º da Lei Municipal nº 1.482/2003, que define os procedimentos para pagamento de obrigações de pequeno valor, previstas no § 3º do artigo 100 da Constituição Federal, foi o mesmo aprovado por sete votos favoráveis, sendo cinco contrários dos Srs. Alfredo Chiavegato Neto, David Hilário Neto, José Muniz, Luiz Carlos de Campos e Tais Camellini Esteves; 4. Projeto de Lei nº 056/2019, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de veículo à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna (APAE). (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, "a" § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo. Em discussão pela ordem, tomou a palavra o Sr. Walter Luís Tozzi de Camargo dizendo que só queria fazer menção que aquele veículo que estava indo para a APAE de Jaguariúna foi oriundo de uma emenda parlamentar do Deputado Baleia Rossi para o Município, um veículo igual àquele foi para a Assistência Social e agora para a Associação dos Pais e Amigos dos



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Excepcionais da cidade de Jaguariúna. Em votação, o Projeto de Lei nº 056/2019, do Executivo Municipal, que autoriza o Poder Executivo a ceder o uso de veículo à Associação de Pais e Amigos de Excepcionais Jaguariúna (APAE), foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos; 5. Projeto de Lei nº 060/2019, da Sra. Cássia Murer Montagner, que institui e inclui no calendário oficial de eventos do Município de Jaguariúna a “Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla”, e dá outras providências. (Quorum de deliberação: maioria simples: Art 49, “a” § 1º, do R.I.). Primeiramente, foi feita a leitura do Parecer conjunto das Comissões de Constituição, Justiça e Redação, de Orçamento, Finanças e Contabilidade e de Saúde, Educação, Cultura, Assistência Social, Lazer e Turismo e de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania. Em discussão pela ordem, pediu a palavra a Sra. Cássia Murer Montagner dizendo rapidamente que já havia defendido antes e voltava a pedir o voto deles, agradeceu. Em votação, o Projeto de Lei nº 060/2019, da Sra. Cássia Murer Montagner, que institui e inclui no calendário oficial de eventos do Município de Jaguariúna a “Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e Múltipla”, e dá outras providências, foi o mesmo aprovado por unanimidade de votos. A seguir, o Sr. Presidente leu o seguinte Edital: Edital de Convocação nº 017/2019: De Sessão Extraordinária. O Vereador Walter Luís Tozzi De Camargo, Presidente da Câmara Municipal de Jaguariúna, Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo § 2º do Art. 32, da vigente Lei Orgânica do Município, decide:- Convocar Sessão Extraordinária da Câmara Municipal, para logo após o encerramento da 17ª (Décima Sétima) Sessão Ordinária, para hoje programada, destinada na Ordem do Dia, à apreciação da seguinte matéria: Em Segunda Discussão e Votação 1. Projeto de Lei Complementar nº 013/2019, do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica, a Lei Complementar Municipal nº 127/2007, que dispõe sobre a concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna; 2. Projeto de Lei Complementar nº 014/2019, do Executivo Municipal, que altera, conforme especifica, a Lei Complementar Municipal nº 250/2013, que Institui o Programa de Incentivo Fiscal ao Desenvolvimento Empresarial do Município de Jaguariúna – PRODEJ Serviços – para concessão de incentivos fiscais a pessoas jurídicas estabelecidas ou que vierem a se estabelecer no Município de Jaguariúna; 3. Projeto de Lei nº 060/2019, da Sra. Cássia Murer Montagner, que institui e inclui no calendário oficial de eventos do Município de Jaguariúna a “Semana Municipal da Pessoa com Deficiência Intelectual e



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Múltipla”, e dá outras providências. Para conhecimento, pois dos Senhores Vereadores, é expedido o presente Edital, devidamente registrado e afixado para os efeitos legais, e lido ao final da Ordem do Dia da 17ª Sessão Ordinária. Dado e passado na Câmara Municipal de Jaguariúna, 13 de agosto de 2019 - Vereador Walter Luís Tozzi De Camargo – Presidente Arquivado na Secretaria e afixado, na mesma data, no Quadro de Avisos da Portaria da Câmara Municipal. Alzira Eleani de Campos Souza Venturini - Diretora Geral” Terminada a Ordem do Dia, o Sr. Presidente deu início à Explicação Pessoal dos Senhores Vereadores, que se manifestariam sobre atitudes pessoais assumidas durante a Sessão ou no exercício do mandato (Art. 168, R.I.): pela ordem, faria uso da palavra o Sr. Romilson Nascimento Silva que a passou; a seguir, fez uso da palavra o Sr. David Hilário Neto que, cumprimentou a todos novamente, dizendo que ele queria agradecer e que via que a Câmara estava bem vazia mas, tinham algumas pessoas assistindo de casa e aquilo era bem importante; agradeceu ao Jorge, ao Eduardo e à Deise que faziam um belíssimo trabalho transmitindo para toda a população que conseguia, atualmente, acompanhar às sessões no conforto dos lares; então, agradeceu a todos que faziam aquele trabalho para eles; disse que foi mencionada a questão do Ministério Público, a resposta do Promotor, e estava com algumas questões para passar para todos, desde a denúncia, que ele não tinha tocado antes naquela Casa, pelo fato de que estava sob investigação do MP, ele não achava prudente expor algumas situações que estavam na denúncia e como estava em partes tendo uma primeira resposta da Promotoria, ele achava que mais pessoas estavam tendo acesso, então, eles poderiam explicar para a população o que, realmente, aconteceu e o que estava acontecendo na questão da ASAMAS; falou que a representação tinha sido feita por ele, pelo Fred, pela Vereadora Tais, pelo Bozó, na época, foi no dia seis do seis do ano de dois mil e dezenove e uma das situações que foram bem incisivos na questão das críticas, era a questão da COAHP, a Cooperativa que estava no Hospital com os trabalhos médicos; na ocasião também estavam tentando colocar a parte de enfermagem que, com uma ação juntamente com o Ministério Público do Trabalho, foi sanada e proibida a entrada de enfermeiros e técnicos via Cooperativa e, naquele dia inclusive, ele estava discutindo com o Zé Muniz e os nobres Colegas da Bancada sobre o que estava tendo do processo seletivo no Hospital; eram duas coisas que o estavam preocupando bastante, e que depois ele retomava a questão da denúncia; disse, primeiramente, que, atualmente, um técnico de enfermagem, se não lhe falhava a memória, no processo seletivo se



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

não lhe faltava a memória, estava de mil e seiscentos reais, enquanto quem já trabalhava no Hospital, em torno de dois mil e quinhentos reais, então, estava tendo um valor abaixo do que era pago atualmente no Hospital, e eles estavam fazendo algumas nomenclaturas de primeiro, segundo, terceiro nível, e o que o preocupava muito era a questão de como estava sendo aquela questão de nível, se estava sendo feito através de cada ano aumentado de nível, ou o chefe quem determinava quando subia, quando não subia de nível, então, aquela era uma questão que tinha de ser discutida, tinham de convidar a ASAMAS, mais uma vez, para vir até a Casa e, infelizmente, eles fugiram da reunião naquela Casa, então, ele achava que valia a fala do Presidente da Comissão de Saúde, a convocá-los mais uma vez para conseguir esclarecer os pontos, porque aquilo era mais uma dúvida que ficava no ar, que aquela Casa se quer, foi informada, mas, até então, tudo bem; falou que até há alguns meses atrás falavam que não precisavam de técnico de enfermagem, nem de enfermeiros no Hospital, porque estava tudo bem e quando eles proibiram a ida da Cooperativa, teve de fazer o processo seletivo porque já estava defasado há um bom tempo, então, estava tudo meio que combinado aquela demanda no momento em que a Cooperativa iniciasse e aquilo graças ao trabalho do Ministério Público, do Sindicato e daquela Casa, eles conseguiram barrar; comentou que a denúncia ao Ministério Público, não era nem denúncia e sim uma representação que foi feita, eles fizeram uma tabela que falava o valor do médico do CLT, o valor do médico cooperado e a questão do médico PJ, Pessoa Jurídica; a ASAMAS, por diversas vezes, falou que tinha de acabar com o PJ, porque era uma determinação do Tribunal de Contas e ele sentia informar a todos que ainda não acabou com o PJ, ainda tinham vários PJs dentro do hospital de Jaguariúna, então, para algumas áreas estavam sendo obrigados a cooperar e para outras servia o famoso PJ, por aquele simples fato que eles já haviam conhecido lá de trás, as moscas brancas como eram conhecidos os médicos de especialidades raras que não estavam tendo, simplesmente, falaram que não iam cooperar, não cooperaram para o Hospital não ficar defasado; disse que como já estava em algumas áreas como neuro infantil, entre a questão do nefrologista que não tinha no Hospital, então, estava sendo via pessoa jurídica, e não estava sendo honrado aquilo que foi dito para aquela Casa; falou de uma outra questão, que aquela denúncia foi feita no dia seis do seis e quando foi dia três do sete a ASAMAS mandou um documento ao Ministério Público dizendo que era uma denúncia infundada devido aos fatos de que a questão da pessoa jurídica, realmente, não poderia, devido ao Tribunal de Contas, que a COAHP saía mais



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

barato do que o celetista e ele começou a ver algumas coisas naquela denúncia, porque ele pegou aquela resposta na segunda feira, foi até o Hospital e conseguiu entender e, mais uma vez, o preocupou, e o momento da resposta, da decisão do Promotor que ele iria ler no final, eles comentavam que o CISMETRO, que a COAHP que atendia ao Município de Jaguariúna, via CISMETRO e o valor do plantão médico no CISMETRO era de mil trezentos e oitenta reais, aquilo era a tabela do CISMETRO que estava no site, transparência, no site do CISMETRO, porque o Hospital não estava sendo transparente com as suas notas fiscais e há três meses não informavam no Portal da Transparência sobre as notas fiscais emitidas pela Cooperativa; disse que tiveram informações de algumas notas, com números um pouco extravagante, mas, infelizmente, aquela Casa ainda não teve acesso, e quando ele via o valor de um plantão de mil trezentos e cinquenta reais, ele conseguiu somar um cálculo rápido, como fizeram da denúncia, se tirasse todas as especialidades e utilizassem apenas Pronto Socorro, a parte de cima que era a questão de internação e pediatria, estavam falando em algo em torno de sete mil e quinhentos e sessenta horas médicas por mês e se ele pegava aquele valor e multiplicava pelo valor cobrado da COHAP, eles estavam falando de um milhão, trezentos e oitenta e dois mil reais, oitocentos e cinquenta reais mensais, e se ele pegava aquele mesmo valor e utilizava aquela mesma tabela do CISMETRO que a COAHP também prestava o serviço via CISMETRO para o Município, aquele valor sairia oitocentos e sessenta e nove mil, e ele estava falando de uma diferença de meio milhão de reais por mês que estavam pagando e que ele não conseguiu ter aquela explicação da ASAMAS, afinal, eles não conseguiram ir até aquela Casa, e eles entendiam que o CISMETRO não poderia prestar serviço para a US, porque o CISMETRO só poderia prestar serviços para o Município, mas daí ficava aquela dúvida, porque via CISMETRO era mil trezentos e oitenta e via Hospital era dois mil cento e cinquenta, então, aquela conta para ele ainda não fechou, e dando seguimento àquilo era bom ressaltar que eles tinham prazo de dez dias para recorrer da decisão do Promotor e ia para a estância superior que já estava sendo providenciado, inclusive apontado, porque da forma como chegou a resposta do Hospital, o Hospital tentou de uma forma ou de outra, enganar a Promotoria, porque ela falava do CISMETRO que não tinha nada haver com a questão da ASAMAS, porque o CISMETRO era algo municipal e ele se sentia, inclusive, enganado e ele já conversou diversas vezes aquilo com o nobre Colega Luiz Carlos de Campos, o Bozó, porque quando chegou o CISMETRO em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Jaguariúna, diziam para eles que era simplesmente para acabar com uma fila que existia de exames, e disse para a população, que estava acompanhando de casa, e aos nobres Colegas, quantas reclamações de filas homéricas que não caminhavam, a questão de exames que não faziam no Município e que falavam que era a CROSS e que, realmente, era a CROSS mas, quando eles aprovaram o CISMETRO era para resolver aqueles problemas, e eles não estavam vendo a solução daqueles problemas e estavam vendo outras contratações que não estavam previstas, inclusive o aparelhamento de Postos de Saúde via Cooperativa, então, atualmente tinham UBS que estavam aparelhadas com todos os funcionários, via Cooperativa, e era mais uma explicação que ele também gostaria de ter, mas ele não teve por parte do Executivo; falou que naquela denúncia do Ministério Público eles fizeram uma conta rápida onde a pessoa jurídica saía o valor de cento e vinte e quatro reais e quarenta e oito a hora, a CLT, cento e quarenta e cinco e trinta e dois e a Cooperativa cento e oitenta e dois e noventa e dois, e quando ele fazia aquele demonstrativo, ele fazia uma média de um profissional que trabalhou cem horas no mês e aquele profissional somando tudo estava dando um valor de catorze mil, quinhentos e trinta e um reais e setenta e seis centavos e aquele valor era da CLT, aquele valor, via Cooperativa, subia um pouquinho, pessoa jurídica era novecentos e quarenta e um reais, Cooperativa um milhão trezentos e oitenta e dois mil e CLT mil e noventa e oito reais e o Hospital, na resposta, ao Ministério Público, quando ele colocava o valor da hora do médico, ele colocava a hora de um médico, só que ele, somada a DSR e que eles somaram também na planilha, só que em cima de cem horas, ele pegava o valor do DSR que eram duzentos e trinta e seis reais e se o médico fizesse uma hora ou cem, o valor era o mesmo e jogava aquilo na planilha em cima de uma hora para ludibriar o Judiciário e mostrar que aquela hora estava ficando mais cara; falou da questão de adicional de insalubridade, que também existia um acordo com o Sindicato, que o valor da insalubridade era cento e noventa e nove reais e sessenta centavos, também era um valor fixo, se o médico fizesse uma hora ou cem horas o valor era o mesmo, valia ressaltar que o Hospital não fazia contrato PJ de um médico por uma hora, ele fazia de um pacote de horas, e se ele não se enganava o mínimo de vinte horas, que aquilo justificaria a contratação CLT, ao contrário do que era feito atualmente (naquele momento o Sr. Presidente informou ao orador que o tempo de fala dele estava para finalizar, então, para que encerrasse sua fala); o Vereador continuou dizendo que ainda faltava muito esclarecimento do Hospital, faltava muito esclarecimento do Poder Público e eles estavam



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

continuando com as investigações e tinham dez dias de prazo para conseguir dar aquela resposta, protocolar aquele recurso no Ministério Público que já estava sendo feito e ele não ia abrir aqueles dados simplesmente para uma conversa, um diálogo com a Promotoria que não era necessário, pelo fato dele poder começar a investigação, então, aquilo já estava sendo feito, aquela Casa já estava de olhos abertos e ele pedia, encarecidamente, para a Presidente do Hospital que não precisava esconder notas fiscais, aquilo era público, e que poderiam esconder dele, esconder daquela Casa, mas não iria esconder do Tribunal de Contas; agradeceu e desejou boa noite a todos; a seguir, fez uso da palavra o Sr. Luiz Carlos de Campos que cumprimentou a todos, dizendo que o Vereador José Muniz falou de um tema que eles tinham debatido bastante que era a mobilidade urbana e, infelizmente, não era só para veículos e era para pedestres também, ciclistas, e Jaguariúna estava devendo bastante em relação àquilo; eles viam há mais de trinta anos faltando edificação e não tinha a calçada, então, as pessoas eram obrigadas a andar pela rua, porque a hora em que ela chegava, onde tinha o terreno vazio, tinha o mato lá e a pessoa não conseguia estar passando; falou da avenida Emilio Marconato era um problema crônico e era bom salientar também que era uma coisa que há muitos anos estava acontecendo em Jaguariúna com relação à mobilidade e a avenida Emilio Marconato todos conheciam e ele passava quase que, diariamente, e o movimento de veículos por aquela avenida era muito grande porque dava acesso dos bairros para a Rodovia SP 340 e lá, também, no final dela tinha o Distrito Industrial e muita gente que trafegava a pé lá; tinha a frente das chácaras, lá dava de seis a oito metros e pelo menos se fizessem de um lado só ele achava que já resolveria o problema e com a instalação da Escola da Villa lá, ele achava que já fazia uns dois, três anos que ela estava instalada lá na avenida e eles viam que aumentou bastante lá o movimento em relação a isso e as pessoas andavam na rua e algumas chácaras tinham obstáculos, então, a pessoa era obrigada, mesmo que ela quisesse andar no mato, tinha uma hora lá em que ela tinha de sair do mato e andar junto com os veículos, então, era uma coisa que estava precisando urgente de melhorar aquilo lá; disse que ele conversou bastante com o Secretário de Mobilidade Urbana e eles não poderiam estar jogando todos aqueles problemas nas costas dele, porque sabiam que o problema era da Administração, não era só lá do Secretário, estar jogando nas costas dele, porque sabiam que se tivesse os recursos limitados ficava complicado para estar fazendo as coisas, mas segundo o que ele disse para ele, era estar conseguindo um dinheiro lá, através do Órgão da Região



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

Metropolitana de Campinas para estar fazendo aquela calçada, onde as pessoas poderiam estar andando, até ele falou que, se ele não estivesse enganado, uma criança foi atropelada lá naquela Avenida e, inclusive na Escola, ele achava que iria ter uma alça lá, um recuo para estar facilitando o trânsito de veículos; em relação aos rebaixamentos das guias, que também foi um dinheiro que chegou através da agência da Região Metropolitana de Campinas, ele conversou com o nobre Secretário Valdir Parisi, que foi Vereador na Casa por quatro legislaturas e Presidente da Câmara e eles tinham um contato muito grande, um respeito muito grande, e já eram quase dois anos aquelas rampas foram abertas na frente das casas das pessoas e estava aquele buraco, aquela coisa feia; disse que ele até levou algumas fotos para todos verem, e em uma tinha um pé de milho e ele achava que iria dar algumas safras lá aquele rebaixamento; falou que já ia completar dois anos e o Valdir disse que estava para começar em agosto e ele esperava que de fato retomassem aquelas obras, porque quebrava a calçada da pessoa e depois largava aquele buraco lá, era meio complicado; falou que votaram naquela noite o projeto de incentivo para atração de empresas, era um trabalho que Jaguariúna tinha feito há bastante tempo e dando aqueles incentivos o índice de Jaguariúna, o índice de participação era elevado, quase meio por cento e o Estado de São Paulo possuía seiscentos e quarenta e cinco municípios, então, o Município de Jaguariúna ficar com meio por cento era muita coisa, só que precisavam ver resultados em relação àquele dinheiro e, às vezes, tinham algumas conversas que esqueciam que a Receita tinha caído em relação à transferência do Governo do Estado de São Paulo e, naquela noite, ele levou até para o José Muniz porque tinha sempre aquela conversa de que a Receita estava caindo e, de janeiro a julho de dois mil e dezenove, comparado com janeiro a julho de dois mil e dezoito, teve um acréscimo de dez por cento em relação ao ICMS em espécie, então, era um valor considerável; se pegassem a maioria dos municípios, eles sabiam que não tinham aquele retorno financeiro e com a votação daquele projeto, eles também cumprimentavam o ex Prefeito Tarcisio, porque do PRODEJ, ele também encaminhou em dois mil e treze e viram que teve ano em que o índice de participação do ICMS de Jaguariúna cresceu vinte e cinco por cento, então, era um recurso muito grande que o Município acabava recebendo e a diferença foram dez milhões a mais de janeiro a julho em relação a janeiro a julho do ano anterior, então, eles esperavam que aquele recurso fosse melhor aplicado, porque pelo que eles viam, a situação de Jaguariúna era para estar melhor, eles tinham acompanhado também a nomeação dos cargos em comissão e a maioria dos cargos em



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

comissão estavam ocupados, cargos de diretor de departamentos eram sessenta e oito cargos; disse que naquele dia ele viu mais uma nomeação, então, já eram sessenta e quatro cargos, estavam todos ocupados, assessor dois que era a mesma remuneração de diretor, que eram cinco mil e setecentos reais, e depois ia colocando a Previdência Social em cima daquilo e ia ficando oneroso para o Município, então, ele achava que deveria se pensar em relação àquilo, eles achavam que tinham de dar uma enxugada nos cargos em comissões, eles também tinham defendido que aquilo acontecesse em Jaguariúna, ele achava que precisava, era um número expressivo de cargos em comissão, eram quinze secretarias também, até para quem estaria disputando a próxima eleição, ele achava que deveria pensar naquilo também, todos os candidatos darem uma reduzida e o dinheiro que economizasse, aplicassem melhor na Saúde, na Educação e em todas as áreas que sabiam que precisavam, e como foi dito a respeito das viaturas, eles viam a Polícia Municipal com viaturas novas mas, ele não sabia se era patrimônio do Município, ele acreditava que algumas eram viaturas alugadas e se a Prefeitura aplicasse melhor, ela poderia estar melhorando a sua frota que estava sucateada, como o David também disse em relação àquilo; lembrou que há uns meses atrás eles conversaram em relação àquilo, foi tema de discussão o sucateamento dos bens públicos, em relação àquela senhora que tinha pedido, estava demorando, já estava pagando de água, tinha quarenta ligações para serem feitas e elas não estavam sendo feitas porque faltavam pneus para colocar na retro escavadeira, eram coisas que o Município não poderia estar passando, ele achava que precisava ser repensado, ver no que estava sendo errado para melhorar aquilo e procurar levar mais benefício para a população de Jaguariúna, porque todos sabiam que era um povo trabalhador; em relação àquele projeto que eles votaram naquela sessão, a inclusão da mão de obra em Jaguariúna, ele acreditava que iria levar bastante benefício também e o Fred já estava há bastante tempo na Casa, e tiveram a oportunidade, quando ele foi Presidente da Câmara, eles visitavam a empresa junto com o representante da Prefeitura, junto com o pessoal do CEPEP que tinha na época, tinha a Selma do PAT, que os acompanhavam, eles viam o que que a empresa estava precisando e a Prefeitura começou a fazer pequenas concessões que as empresas solicitavam e acabou melhorando a contratação de mão de obra de Jaguariúna, então, ele achava que era importante, também, retomar aquele tipo de atividade, fazer aquelas visitas como eles faziam, e perguntou ao Fred se ele se lembrava das empresas que eles visitaram pedindo prioridades para Jaguariúna; disse que aquela lei eles também acreditavam que iria levar mais



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

empregos para o pessoal de Jaguariúna; parabenizou o Valdir Oliveira por estar à frente daquelas negociações e melhorar o emprego em Jaguariúna, para o cidadão de Jaguariúna; agradeceu a todos e desejou boa noite; em seguida, fez uso da palavra o Sr. Alfredo Chiavegato Neto, que mais uma vez cumprimentou a todos dizendo que ele gostaria lá de sintetizar e continuar a fala dele que ele começou no Expediente, com relação à questão que eles citaram lá, a Reforma Tributária e eles não poderiam esquecer que o Congresso Nacional jogou para os municípios a Reforma da Previdência, também, e por um equívoco deles de anos anteriores eles tiveram a infelicidade de mudarem de celetista para estatutário; ele falava aquilo porque habitual eles verem no Governo, e o corrigissem se ele estivesse errado, a maioria das contratações eram de pessoas terceirizadas (naquele momento o Sr. Presidente solicitou um aparte ao orador para se ausentar da Mesa da presidência, passando os trabalhos da Mesa à Vice Presidente e se ausentando por alguns segundos do Plenário); o Sr. Alfredo continuou sua fala dizendo que a questão previdenciária iria voltar para todos os municípios do país e não iria deixar de ser pauta em um futuro próximo e ele dizia aquilo porque a maioria dos serviços no Município estavam sendo terceirizados, não estava sendo feito concursos e contratadas pessoas para assumir o cargo e prestarem serviços para a comunidade; deu um exemplo claro das novas creches, aprovaram recentemente o CISMETRO e na área educacional as OCIS e precisava ter aproximadamente oito pessoas ativas para estar pagando uma pessoa na inatividade, ou seja, um aposentado e se o Poder Público não crescesse, o contribuinte para o Fundo Municipal de Previdência iria chegar em um futuro próximo que aquele Fundo não iria conseguir ter recursos financeiros suficientes para suprir a demanda provenientes das pessoas que estavam aposentadas, afastadas, enfim, por uma série de situações que só quem lidava com a Previdência sabia daquilo, e iria acontecer com aquilo que o Município ou iria se endividar ou ele iria ter que arrumar recursos e tinha de cumprir aquela obrigação junto aos funcionários que prestaram serviços por longa década; então, eles eram celetistas, contribuía ao Governo Federal onde todas as pessoas que estavam no mercado de trabalho contribuía, então, eles mudaram aquilo e criaram um Fundo, criaram toda uma estrutura para aquele Fundo e eles estavam percebendo que em um futuro próximo aquele Fundo não iria ser viável e iria ter de ser tomada uma iniciativa para que ele pudesse dar uma retaguarda para as pessoas que aposentassem, então, aquilo iria chegar na Câmara e ele sabia que iria ser uma discussão muito ampla; disse que apesar deles terem aprovado a reforma da Previdência no Congresso Nacional, já



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

deveriam ter incluído os Estados e Município e a discussão ter sido um pouco mais longa, porque a hora em que chegasse naquela Casa ele queria ver que lado eles iriam tomar, porque naquele momento ele foi uma das pessoas que foi contrário à transformação do Regime Celetista para o Regime Estatutário, em virtude daquilo mesmo que ele estava falando, uma questão de que era muito mais difícil mudar uma estrutura previdenciária a nível nacional do que a nível municipal, porque a nível municipal qualquer mudança que poderia estar gerando recurso ou faltando recurso para o Município, eram somente treze Vereadores que com um pouco de persuasão eles conseguiam mudar facinho, diferente de quinhentos e poucos deputados e também toda uma estrutura a nível nacional em cima deles e ele acreditava que era mais fácil mudar o Estatuto do que o Regime Celetista e eles não deveriam ter saído daquilo, porque aquilo faria com que eles saíssem de inúmeros problemas, mas enfim, ele sabia que em breve aquela discussão voltaria para aquela Casa, não iria levar muito tempo, e ele achava que ele não iria estar na Casa, mas não iria levar muito tempo; disse que ele gostaria também de falar lá e aproveitar o gancho do nobre Vereador Presidente Waltinho, onde dizia a respeito do trabalho dos membros da Comissão, principalmente do nobre Vereador Cecon, do qual ele tinha o maior apreço como Presidente da Comissão de Saúde e Educação, Assistência Social (naquele momento a Sra. Vice Presidente devolveu a presidência ao Sr. Presidente que retornou à Mesa Diretora); o Sr. Alfredo continuou sua fala dizendo que ele queria parabenizar os trabalhos do Vereador Cecon frente àquela Pasta, e ele sabia que ele sentiu e sentia na pele pela mãe dele e sentia no dia a dia a cobrança por parte da população, não só em melhorias da Saúde, não só ele, porque eles sabiam que todo mundo era afetado com aquilo, mas ele acreditava que era função deles como Vereadores estarem debatendo qualquer assunto, como o David foi lá expor os seus questionamentos, da mesma forma como o Presidente deu seus argumentos por parte do Ministério Público, ele não era inteirado totalmente do assunto e ele acreditava que os Nobres Pares também e que ninguém tinha uma opinião formada a respeito de tudo aquilo, e tinham indagações que ficavam no ar e eles queriam ter aqueles esclarecimentos e ele acreditava que aquela Casa, respeitando os trabalhos de todos, eles queriam aprofundar ainda mais aquele debate para deixar claro, realmente, se alguém estava sendo penalizados ou não, os números, a matemática era clara, ele diria que era incontestável, era clara demais, então, se estivessem sentados em uma mesa, ambos os lados, onde poderiam arguir as argumentações e terem uma resposta que fosse contrária ou



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

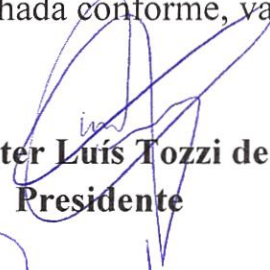
não e eles poderem tirar as considerações deles, era muito mais fácil para eles, e ele não queria tomar partido, parte do Vereador David que estava engajado muito mais naquele assunto do que ele, da mesma forma como do digníssimo Ministério Público e, infelizmente, tiveram de tomar aquela posição justamente por não ter as respostas do próprio ente deles e se eles tivessem marcado aquela reunião que eles pudessem ter ido lá e esclarecido tudo aquilo perante eles, nada daquilo teria acontecido, era o simples fato de terem sentado em uma mesa e ele não sabia também se era birra com o Vereador ou se não iam prestar informações, só deixava mais margem à discussão, e a função deles, realmente, como Vereadores era estar discutindo e ele queria ter razões para poder criticar no sentido de cobrar da Administração da ASAMAS um melhor atendimento à população, mas do jeito que estavam vendo não se falavam mais dos recursos da ASAMAS e recursos não faltavam para dar continuidade dos trabalhos, os trabalhos estavam continuando, ninguém estava falando mais nada que estava faltando recursos e os trabalhos estavam indo e, atualmente, o que estavam falando era a forma de contratação, se tinham médicos, se não tinham médicos, queria dizer que o dinheiro estava dando para fazer tudo, então, antes diziam que não tinha dinheiro, atualmente, não se falava mais em dinheiro e, sim, de como estava sendo feita a administração interna e ele esperava que, realmente, a administração fosse feita para equalizar tudo mesmo, mas só o problema do tipo de contratação lá e da forma se era através de Cooperativa ou não, por PJ ou não, eles tinham de estar cientes daquilo, não só os membros da Comissão, mas ele também gostaria de ter uma informação para poder deixar bem claro, porque quisessem ou não, o modelo de administração que era a ASAMAS fez com que o Hospital chegasse onde estava, atualmente, e todo mundo tinha o maior respeito, ele também tinha e ele defendia muito o Hospital, sempre falou aquilo e iria defender, mas a partir do momento em que eles deixavam de dar uma informação, não era nem uma informação, mas a sentar em uma mesa, ser convidado e ir participar, eles ficavam com um pé atrás, ele, principalmente, ficava e ele também não queria tomar nenhuma atitude precipitada no sentido de questionar os trabalhos de quem quer que fosse, mas eles, como Vereadores, era função de levar para aquela Casa, para as Comissões, como sempre faziam, os debates (naquele momento o Sr. Presidente informou ao orador que tempo de fala dele estava para finalizar, então, para que encerrasse sua fala); o Vereador continuou dizendo que ele só pediria ao nobre Vereador Cecon, que era o Presidente da Pasta, para que pudesse mais uma vez tentar marcar com a ASAMAS e ele sabia que ele tinha todo aquele carinho com aquela questão, até



Câmara Municipal de Jaguariúna

Estado de São Paulo

para poderem tentar esclarecer para não pairar dúvidas, para acabar com os questionamentos, eles sentariam lá em uma quarta feira que eles tinham as reuniões de Comissões para poderem colocar tudo aquilo em pratos limpos, era aquilo que ele gostaria; pediu desculpas a todos, desejando uma boa noite; a seguir, o Sr. Presidente comunicou que como o tempo regimental havia se esgotado, os próximos inscritos eram os Vereadores Cássia Murer Montagner, Walter Luís Tozzi de Camargo e Afonso Lopes da Silva, que automaticamente ficariam inscritos para a próxima sessão ordinária. Terminada a Explicação Pessoal, o Sr. Presidente encerrou a Sessão, convocando a próxima Sessão Ordinária para o dia vinte de agosto de dois mil e dezenove, terça-feira, com início determinado para as dezoito e trinta horas, lembrando que, a seguir, teria início a Sessão Extraordinária ora convocada. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente ata que lida e achada conforme, vai devidamente assinada.


Vereador Walter Luís Tozzi de Camargo
Presidente


Vereadora Cássia Murer Montagner
Vice Presidente


Vereador Afonso Lopes da Silva
Primeiro Secretário


Vereador Cristiano José Cecon
Segundo Secretário